

Deloitte.

***Concessionária da Rodovia
Presidente Dutra S.A.***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2004 e de 2003 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

***Concessionária da Rodovia
Presidente Dutra S.A.***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2004 e de 2003 e
Parecer dos Auditores Independentes*


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Adicionalmente, examinamos a demonstração dos fluxos de caixa incluídos na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, as quais estão apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas demonstrações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto.

Campinas, 31 de janeiro de 2005


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Helio Wellichen
Contador
CRC nº 1 SP 130122/O-0

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	19.683	10.739	Empréstimos e financiamentos	34.573	116.479
Aplicações financeiras	19.122		Debêntures	4.433	
Contas a receber	6.293	8.029	Fornecedores	12.904	9.137
Contas a receber - partes relacionadas	16.288	3.970	Fornecedores - partes relacionadas	19.300	15.757
Impostos a recuperar	755	135	Impostos e contribuições a recolher	6.324	3.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.538	7.355	Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.092	2.259
Despesas antecipadas e outros ativos	1.538	1.149	Outras contas a pagar	6.718	5.118
Total do circulante	<u>63.679</u>	<u>31.377</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	735	690
			Contas a pagar - operações de "Hedge"		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Total do circulante	<u>89.079</u>	<u>165.857</u>
Contas a receber	3	3.602			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.891	3.611	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Outros ativos	2.726	525	Empréstimos e financiamentos	38.604	96.028
Total do realizável a longo prazo	<u>9.620</u>	<u>7.738</u>	Debêntures	193.867	
			Mútuo com parte relacionada		14.095
PERMANENTE			Juros sobre o capital próprio		36.390
Imobilizado - líquido	503.533	491.350	Provisão para contingências	17.526	16.044
			Contas a pagar - operações de "hedge"		513
			Total do exigível a longo prazo	<u>249.997</u>	<u>163.070</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	168.164	158.382
			Reservas de lucros	3.479	2.373
			Lucros acumulados	66.113	40.783
			Total do patrimônio líquido	<u>237.756</u>	<u>201.538</u>
TOTAL	<u>576.832</u>	<u>530.465</u>	TOTAL	<u>576.832</u>	<u>530.465</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receitas de pedágio	500.107	394.573
Outras receitas	6.205	5.002
Total	<u>506.312</u>	<u>399.575</u>
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		
Impostos incidentes sobre as receitas	<u>(41.686)</u>	<u>(34.822)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	464.626	364.753
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Depreciação e amortização	(56.942)	(54.934)
Serviços	(208.001)	(170.716)
Outros	<u>(21.726)</u>	<u>(7.472)</u>
Total	<u>(286.669)</u>	<u>(233.122)</u>
LUCRO BRUTO	177.957	131.631
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	(37.878)	(39.050)
Despesas financeiras:		
Juros e variações monetárias	(29.543)	(26.687)
Resultado com operações de "hedge"		(23.063)
Variação cambial	(7.259)	
Outras despesas financeiras	(8.551)	(6.579)
Receitas financeiras:		
Resultado com operações de "hedge"	773	
Variação cambial		32.147
Outras receitas financeiras	1.143	1.080
Total	<u>(81.315)</u>	<u>(62.152)</u>
LUCRO OPERACIONAL	96.642	69.479
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	919	252
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>97.561</u>	<u>69.731</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES	(30.228)	(17.839)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	<u>(4.075)</u>	<u>(5.592)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>63.258</u>	<u>46.300</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	<u>0,49</u>	<u>0,36</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Expressas em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	152.237			(3.144)	149.093
Aumento de capital	6.145				6.145
Lucro líquido do exercício				46.300	46.300
Constituição de reserva legal		2.157		(2.157)	
Constituição de reserva estatutária			216	(216)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	<u>158.382</u>	<u>2.157</u>	<u>216</u>	<u>40.783</u>	<u>201.538</u>
Aumento de capital	9.782	(2.157)	(216)	(7.409)	
Lucro líquido do exercício				63.258	63.258
Dividendos antecipados (AGE 16 de agosto de 2004)				(27.040)	(27.040)
Constituição de reserva legal		3.163		(3.163)	
Constituição de reserva estatutária			316	(316)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	<u>168.164</u>	<u>3.163</u>	<u>316</u>	<u>66.113</u>	<u>237.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**

(Expressas em milhares de reais - R\$)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	63.258	46.300
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.592
Depreciação e amortização	56.942	55.371
Variação cambial de empréstimos a longo prazo	282	(17.987)
Variação monetária sobre debêntures	6.266	
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo	4.620	3.265
Encargos financeiros de empresas ligadas	2.998	3.225
Baixa do ativo imobilizado	1.639	447
Total das operações	<u>136.005</u>	<u>96.213</u>
Dos acionistas:		
Aumento de capital		6.145
De terceiros:		
Captação de debêntures	184.297	
Captação de empréstimo	18.033	
Aumento no exigível a longo prazo	969	16.557
Diminuição do realizável a longo prazo		3.501
Total das origens	<u>339.304</u>	<u>122.416</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo	1.882	
Aumento do ativo imobilizado	70.764	50.042
Dividendos antecipados	27.040	
Juros sobre o capital próprio	36.390	
Liquidação antecipada de empréstimos de longo prazo	45.218	
Liquidação de mútuo:		
Imposto de renda retido na fonte	599	648
Pagamento	16.494	
Transferência para aumento de capital		6.145
Transferências do exigível a longo prazo para o passivo circulante	<u>31.837</u>	<u>97.998</u>
Total das aplicações	<u>230.224</u>	<u>154.833</u>
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) DA DEFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>109.080</u>	<u>(32.417)</u>
REPRESENTADO POR:		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	63.679	31.377
No início do exercício	31.377	44.870
Aumento (diminuição) do ativo circulante	<u>32.302</u>	<u>(13.493)</u>
Passivo circulante:		
No fim do exercício	89.079	165.857
No início do exercício	165.857	154.288
Aumento (diminuição) do passivo circulante	<u>(76.778)</u>	<u>11.569</u>
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) DA DEFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>109.080</u>	<u>(25.062)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996.
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciado no segundo semestre de 1997.
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997.
- Duplicação das pistas na Serra das Araras, a partir de 2007 até 2009.
- Entrega da rodovia em condições de tráfego no final da concessão.

Em 31 de dezembro de 2004, para atender aos compromissos futuros, os investimentos estão estimados em R\$ 457.741 (R\$ 488.967 em 31 de dezembro de 2003).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consoante aos seguintes principais critérios contábeis:

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras consistem em aplicações financeiras e investimentos de alta liquidez e são demonstradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados no resultado, quando incorridos. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como obras em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou prazo de concessão dos bens. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 3.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social incluem os efeitos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e societários. O reconhecimento desses créditos está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis no futuro.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão sendo apurados e registrados com base no resultado, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada com base na alíquota de 9%.

e) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos até a data do balanço.

f) Provisão para contingências

A provisão para contingências está registrada pelo valor das perdas prováveis, baseado na opinião da administração e de seus consultores legais sobre o total de ações pendentes na data do balanço.

g) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do balanço.

h) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas em que são efetuadas, e os correspondentes saldos em aberto são ajustados à taxa de câmbio vigente na data do balanço. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do período quando realizadas ou até a data do balanço.

i) Receita operacional bruta

A receita operacional é reconhecida quando da utilização da rodovia.

3. IMOBILIZADO

	Taxas médias anuais de depreciação %	2004			2003
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Em operação:					
Móveis e utensílios	10	2.372	1.285	1.087	1.098
Máquinas e equipamentos	18	3.829	2.382	1.447	1.462
Veículos	11	8.000	4.703	3.297	5.018
Sistemas operacionais	8	97.250	41.348	55.902	59.527
Direitos de uso e outros	20	5.408	3.245	2.163	2.163
Desapropriações	5	5.295	1.171	4.124	3.836
Instalações e edificações	6	34.348	13.273	21.075	22.766
Dispositivos de proteção e segurança	6	83.119	46.181	36.938	36.564
Pavimentos	12	253.622	159.351	94.271	82.261
Projetos e investimentos ambientais	6	227	5	222	2.512
Obras de arte especiais	5	87.041	22.288	64.753	59.778
Obras de arte correntes	5	92.846	23.990	68.856	69.128
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	5.064	172	4.892	1.091
Sinalizações	22	41.842	37.037	4.805	4.062
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	139.465	34.539	104.926	109.631
Obras preliminares e complementares	5	<u>44.364</u>	<u>13.922</u>	<u>30.442</u>	<u>28.543</u>
		904.092	404.892	499.200	489.440
Em andamento:					
Imobilizações em andamento		<u>4.333</u>		<u>4.333</u>	<u>1.910</u>
Total do imobilizado		<u>908.425</u>	<u>404.892</u>	<u>503.533</u>	<u>491.350</u>

4. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

Instituições financeiras	Taxa de Juros	Moeda	Pagamentos até	2004		2003	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
BNDES (1) e (2)	TJLP + 4,5 a 5,5% a.a.	R\$	Fevereiro/2009	33.835	38.604	30.863	50.286
Credit Lyonnais (3)	Libor + 1% a.a.	US\$	Março/2005	738		5.064	799
Banco Santander (*)		US\$	Agosto/2004			21.202	
IFC (1) e (2)	Libor + 3,5% a 3,75% a.a.	US\$	Agosto/2008			<u>59.350</u>	<u>44.943</u>
Total de empréstimos e financiamentos				<u>34.573</u>	<u>38.604</u>	<u>116.479</u>	<u>96.028</u>
Debêntures	IGPM+9,5% a.a.	R\$	Julho/2010	<u>4.433</u>	<u>193.867</u>		
Total				<u>39.006</u>	<u>232.471</u>		

(*) Em 14 de junho de 2004 foi repactuado o contrato do "hedge", no qual a taxa que era de 114% do CDI, passou a ser de 100% do CDI + 1,8 a.a.

Em 31 de dezembro de 2004, a dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

2006	45.189
2007	49.435
2008	49.435
2009	44.682
2010	43.730
Total	<u>232.471</u>

Empréstimos e financiamentos

Em razão do grande porte de seus projetos, a Companhia estruturou parte de seus financiamentos no modelo de “project finance”, com garantias reduzidas (também chamadas de regresso limitado) desta e dos acionistas. As garantias dos financiamentos, após o “financial completion”, são baseadas nas receitas da Companhia, na caução das suas ações, e em eventuais indenizações por parte do poder concedente. O direito de regresso só é aplicado no caso de término antecipado da concessão por parte do poder concedente por inadimplência no cumprimento das obrigações contratuais ou por acordo entre as partes. Nesse caso, os patrocinadores do projeto estão obrigados a suportar eventual diferença entre a indenização recebida do poder concedente e o saldo do financiamento.

Debêntures

Em 01 de julho de 2004 a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. emitiu 18.000 debêntures nominativas escriturais, com garantia real e não conversíveis em ações, em duas séries de 9.000 cada uma, com valor nominal total da emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 16 de agosto de 2004 no valor total de R\$ 185.425. Sobre o valor nominal será calculado rendimento com base na variação do IGP-M e juros de 9,5% a.a. Os juros serão pagos a partir de 1 de julho de 2005 para a primeira série e a partir de 1 de janeiro de 2006 para a segunda série. A partir de então, o valor nominal atualizado e os juros da primeira série serão pagos em cinco parcelas anuais, vencendo a primeira em 1º de julho de 2006 e a última em 1º de julho de 2010. O valor nominal atualizado e os juros das debêntures da segunda série serão pagos em quatro parcelas anuais, vencendo a primeira em 1º de janeiro de 2007 e a última em 1º de janeiro de 2010.

Vinculados à obtenção dos empréstimos e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e das debêntures, a Companhia assumiu, entre outros, as seguintes garantias e compromissos de caráter financeiro e econômico constantes nos contratos:

- (1) Caução de 49% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Companhia.
- (2) A Concessionária mutuária está sujeita às seguintes exigências de garantia e cláusulas restritivas:
 - Caução em primeiro grau das receitas futuras;
 - Não-constituição de ônus sobre quaisquer bens, receitas ou outros ativos da Companhia;
 - Não-obtenção de novos empréstimos para capital de giro que acumule mais de R\$ 30.000 de principal ou financiamentos de longo prazo acima de R\$ 70.000, sem anuência dos financiadores;
 - Não-venda de todos os seus ativos ou parte substancial destes;

- Manter em conta reserva o correspondente ao valor do serviço da dívida sênior (endividamento com o BNDES e debêntures) com vencimento nos próximos seis meses, ou cartas de fiança nos mesmos montantes. O montante de fianças bancárias em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 21.300.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 10 de julho e 15 de agosto de cada ano e/ou 10 de janeiro e 15 de fevereiro de cada ano;
- Não alterar a proporção entre ações ordinárias e preferenciais do capital social;
- Não declarar ou pagar aos acionistas dividendos ou qualquer tipo de distribuição se não atingir os seguintes índices financeiros, exigidos no Contrato de Penhor e outras Avenças:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida ÷ serviço da dívida) maior ou igual a 1,3.
 - Coeficiente de endividamento de longo prazo (dívida de longo prazo ÷ patrimônio líquido) menor ou igual a 1,5.
 - Dívida líquida ÷ EBITDA menor ou igual a 2,0, sendo:
 - Dívida líquida = dívida sênior e outras dívidas autorizadas pelos financiadores menos o disponível.
 - EBITDA calculado considerando os últimos 12 meses.

(3) Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas da controladora.

5. PARTES RELACIONADAS

As transações ocorridas nos exercícios e os correspondentes saldos em 31 de dezembro são os seguintes:

<u>Saldos:</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Contas a receber – partes relacionadas:		
Companhia de Concessões Rodoviárias		70
Actua Assessoria Ltda.		45
Actua Serviços Compartilhados Ltda.		6
Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.		238
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.		15
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	<u>16.288</u>	<u>3.596</u>
	<u>16.288</u>	<u>3.970</u>
Fornecedores - partes relacionadas:		
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	1.229	355
CÓPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	16.029	13.876
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	558	417
Actua Assessoria Ltda.	<u>1.484</u>	<u>1.109</u>
	<u>19.300</u>	<u>15.757</u>
Mútuo com parte relacionada (1):		
Companhia de Concessões Rodoviárias		<u>14.095</u>
Juros sobre o capital próprio:		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.		3.129
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia		3.128
Construtora Andrade Gutierrez S.A.		3.128
Odebrecht S.A.		3.129
Companhia de Concessões Rodoviárias		<u>23.876</u>
		<u>36.390</u>

<u>Transações ocorridas no exercício:</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Prestação de serviços:		
Construção de bens do ativo imobilizado:		
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	12.478	
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	<u>2.559</u>	<u>1.103</u>
	<u>15.037</u>	<u>1.103</u>
Despesas administrativas:		
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	5.222	4.594
Actua Assessoria Ltda.	<u>13.887</u>	<u>12.219</u>
	<u>19.109</u>	<u>16.813</u>
Custo dos serviços:		
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	<u>8.364</u>	<u>5.104</u>
Serviços de operação e manutenção (2):		
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	<u>196.072</u>	<u>152.300</u>
Despesas financeiras com partes relacionadas:		
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	132	
Actua Assessoria Ltda.	352	
Companhia de Concessões Rodoviárias	<u>2.999</u>	<u>3.225</u>
	<u>3.483</u>	<u>3.225</u>

(1) O mútuo é remunerado pela variação do IGP-M mais juros de 12% ao ano.

(2) Os valores e a remuneração dessas transações foram estabelecidos com base nos valores orçados quando da preparação do plano para exploração da rodovia, requerido no processo de concorrência pública, e suas alterações subseqüentes.

6. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está questionando o pagamento sobre a majoração de 1% na alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, como também o pagamento do Programa de Integração Social - PIS e da COFINS sobre outras receitas. A provisão no montante de R\$ 17.526 (R\$ 16.044 em 31 de dezembro de 2003) está classificada no exigível a longo prazo, pois a Administração da Companhia e seus consultores legais entendem que ela não será exigida no próximo exercício.

Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas que eventualmente ocorram, e que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Companhia.

7. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Representavam a remuneração do capital próprio para os exercícios de 1997, 1998, 2000, 2001 e 2002, calculada com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo = TJLP. Esses valores, líquidos do respectivo imposto de renda, estavam classificados no exigível a longo prazo, pois sua liquidação financeira, por exigência de contrato de financiamento do "IFC - International Finance Corporation", só poderia ocorrer a partir de 2005. Como esses contratos foram liquidados em 15 de março de 2004, a Companhia ficou desobrigada da exigência e portanto pode efetuar o pagamento dos juros sobre o capital próprio em 16 de agosto de 2004 no montante de R\$ 36.390.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em atendimento às disposições da Deliberação CVM nº. 273/98 e da Instrução CVM nº. 371/02, foram registrados créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais não possuem prazo de prescrição para sua recuperação.

a) Alíquotas

As alíquotas vigentes para os períodos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, perfazendo 34%.

b) Reconciliação dos impostos

A despesa de imposto de renda e contribuição social está reconciliada com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	97.561	69.731
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa do imposto conforme alíquota vigente	(33.171)	(23.708)
Exclusões (adições) permanentes:		
Outros	<u>(1.132)</u>	<u>277</u>
Imposto de renda e contribuição social lançados no resultado	<u>(34.303)</u>	<u>(23.431)</u>

Os principais itens das contas de imposto de renda e contribuição social diferidos são:

	<u>2004</u>		<u>2003</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Prejuízo fiscal/base negativa			12.631	19.597
Diferenças temporárias:				
Provisões diversas	<u>23.106</u>	<u>12.384</u>	<u>20.685</u>	<u>9.964</u>
Base para diferimento	23.106	12.384	33.316	29.561
Alíquota	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto diferido	<u>5.776</u>	<u>1.115</u>	<u>8.305</u>	<u>2.661</u>
Total	<u>6.891</u>		<u>10.966</u>	

c) Expectativa de realização dos impostos diferidos

O registro dos créditos tributários está respaldado em estimativas de realização baseadas em projeções de rentabilidade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2004, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são relativos a diferenças temporárias cujo prazo de realização não é precisa. Dessa maneira, o montante de R\$ 6.841 relativo a essa diferença foi classificado no realizável a longo prazo.

Quando da análise, para efeito de determinação da parcela a ser registrada, a administração utilizou-se das projeções de resultados para o próximo exercício e avaliou a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas dos lucros tributáveis futuros.

As declarações relativas à perspectiva dos negócios, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Companhia constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas estão sujeitas a alterações, decorrentes dos mercados, do desempenho econômico geral do Brasil, de índices econômico-financeiros, da indústria e dos mercados internacionais, estando, portanto, sujeita a mudanças.

9. CAPITAL

O capital social, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, é representado por 128.766.186 ações, todas nominativas, sem valor nominal e representado como segue:

O capital social integralizado está representado como segue:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Ordinárias	64.383.093	42.922.067
Preferenciais	<u>64.383.093</u>	<u>85.844.119</u>
Total de ações	<u>128.766.186</u>	<u>128.766.186</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social em caso de dissolução da Companhia.

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações, entretanto, por condições contratuais com instituições financeiras, a Companhia só poderá declarar ou pagar dividendos quando atingir os índices financeiros definidos nos contratos de financiamento.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia financia parte de suas operações através de empréstimos obtidos em moeda estrangeira, vinculadas ao dólar norte-americano. O saldo desses empréstimos em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 738 e R\$ 131.358 em 31 de dezembro de 2003 (nota explicativa nº 4). O saldo de 31 de dezembro de 2004 está exposto a variações das taxas de câmbio (R\$ 59.778 em 31 de dezembro de 2003). A Companhia possuía operações de proteção ("hedge") sobre as parcelas dos empréstimos tomados com IFC a vencer em 2004 e parte em 2005 e a parcela protegida era de R\$ 71.580 em 31 de dezembro de 2003.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, referente a "Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP" relativo a empréstimos em reais.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

d) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2004 e 2003 estão demonstrados a seguir:

	2004		2003	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e bancos	19.683	19.683	10.739	10.739
Aplicações financeiras	19.122	19.122		
Empréstimos – BNDES (incluindo os de curto prazo)	72.439	N/D	185.442	
Empréstimos e financiamentos (incluindo os de curto prazo)	738	738	27.065	27.065
Debêntures (incluindo as de curto prazo)	198.300	N/D		
Contas a pagar - operações de "Hedge"			13.145	(9.448)
Mútuo com partes relacionadas			14.095	14.095

N/D - Não disponível

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2004 e 2003 não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos, e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e bancos e aplicações financeiras - os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos e operações de "hedge" - o método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço.
- Empréstimos e financiamentos (BNDES): conforme descrito na nota explicativa nº 4, esses empréstimos são relativos à operação de "project finance" para os quais não foi determinado o valor de mercado, pois não há disponibilidade de operação com parâmetros e características similares no mercado.
- Debêntures: Não há um volume significativo de transações num mercado secundário, de forma a caracterizar uma avaliação de mercado.
- Mútuo com partes relacionadas - o método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço, e o valor de mercado aproxima-se do valor contábil reportado no balanço.

11. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro líquido do exercício	63.258	46.300
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.075	5.592
Depreciação e amortização	56.942	55.371
Baixa do ativo imobilizado	1.639	447
Variação monetária/cambial de debêntures e de empréstimos e financiamentos	13.533	(32.108)
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	19.794	23.462
Juros sobre mútuo com parte relacionada	2.998	3.225
Resultado com operação de "hedge"	(773)	23.063
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	5.335	5.048
Contas a receber - partes relacionadas	(12.318)	(7.659)
Impostos a recuperar	(620)	3.615
Despesas antecipadas e outros ativos	(389)	(661)
Outras ativos realizáveis a longo prazo	(2.201)	(255)
Fornecedores	3.767	8.836
Fornecedores - partes relacionadas	2.842	3.390
Obrigações sociais e trabalhistas	45	(2.234)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.833	2.259
Impostos e contribuições a recolher	2.539	(498)
Outras contas a pagar - passivo circulante e exigível a longo prazo	3.082	1.139
Caixa oriundo de atividades operacionais	<u>165.381</u>	<u>138.332</u>
Fluxo de caixa de operações de investimentos:		
Aquisição de ativo imobilizado	(70.063)	(49.846)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(70.063)</u>	<u>(49.846)</u>
Fluxo de caixa de atividades financeiras:		
Liquidação de operações de "hedge"	(18.486)	(9.163)
Ganho de operações de "hedge"	6.321	
Dividendos antecipados	(27.040)	
Juros sobre o capital próprio	(36.390)	
Liquidação de mútuo:		
Pagamento	(16.494)	
Imposto de renda retido na fonte	(599)	(648)
Transferência para aumento de capital		(6.145)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:		
Captação	451.511	20.000
Pagamentos	(426.075)	(122.057)
Aumento de capital		6.145
Caixa aplicado nas atividades financeiras	<u>(67.252)</u>	<u>(111.868)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e bancos e aplicações financeiras	28.066	(23.382)
Caixa e bancos e aplicações financeiras - no início do exercício	10.739	34.121
Caixa e bancos e aplicações financeiras - no final do exercício	<u>38.805</u>	<u>10.739</u>
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa:		
Caixa pago durante o exercício referente a:		
Juros sobre empréstimos	12.078	19.268
Imposto de renda e contribuição social	25.924	15.548
Fornecedores de imobilizado - partes relacionadas	701	